

**[PEC SOCIAL]**

## SINAL trabalha pelo fim da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas

*Diálogo em torno da Proposta de Emenda à Constituição 6/2024 avança nos fóruns de servidores públicos e no Parlamento*

O mês de maio foi marcado pela intensificação dos diálogos e início de uma articulação mais forte em torno da Proposta de Emenda à Constituição 6/2024, conhecida como PEC Social. A matéria, apresentada em março deste ano, na Câmara dos Deputados, versa sobre a extinção gradual da contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas, reeditando o objetivo da PEC 555/2006.

A PEC Social prevê a redução da contribuição em 10% ao ano, a partir dos 66 anos para homens e dos 63 anos para mulheres, sendo totalmente dispensada quando o titular do direito atingir os 75 anos.

O SINAL tem atuado em parceria com outras representações do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Esta-

do (Fonacate), do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Instituto Mosap) e do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe). Além das tratativas internas e do debate de estratégias, a agenda conta com interlocuções no Parlamento.

O presidente do SINAL e vice-presidente do Fonacate, Fábio Faiad, chefiou a primeira etapa de visitas aos gabinetes na Câmara. O diretor de Relações Externas do Sindicato, Mardônio Sarmiento, também integrou a delegação do Fórum.

Nas reuniões com as assessorias técnicas das lideranças das siglas partidárias na Casa, os representantes dos servidores traçaram um histórico sobre a luta em torno da extinção da taxação previdenciária de aposentados e pensionistas, demonstrando que a PEC Social traz avanços em relação ao texto da PEC 555/2006, de modo



Reunião no gabinete da liderança do governo na Câmara dos Deputados

que torna-se mais “palatável” ao Legislativo.

Durante encontro na liderança do governo na Câmara, em 28 de maio, Faiad enfatizou que a aprovação da PEC 6/2024 representa medida de justiça fiscal e social. Os dirigentes ainda entregaram estudo sobre os impactos da proposta, que elenca argumentos em sua defesa, produzido pelo Instituto Mosap.

Ainda no âmbito do Fonacate, as entidades afiliadas decidiram, em assembleia geral no mês de abril, promover uma ampla campanha de mídia em prol da PEC Social.

O objetivo é garantir a aprovação do texto na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, e, na sequência, o apensamento da matéria à PEC 555/2006, que já está pronta para apreciação no Plenário, o que depende da chancela do presidente da Casa.

A articulação se dá também junto ao Executivo, uma vez que o apoio do governo é muito importante para que a proposta obtenha êxito.

[28,86%]

# SINAL ingressará com ação de cumprimento de sentença

*Confira requisitos para integrar o pleito*

**O**SINAL ajuizará ação de cumprimento de sentença referente aos 28,86% em favor de filiados que não integram a execução coletiva em curso, conhecida internamente como “Grupo 106”, não ajuizaram ações individuais, não são beneficiários de execuções individuais e não firmaram acordo administrativo com a União. Os interessados, que cumprem os requisitos, devem **encaminhar a documentação para a análise da assessoria jurídica do Sindicato até o próximo dia 1 de julho.**

O pleito é motivado pelo êxito de Ação Civil Pública (ACP) proposta pelo Ministério Público Federal, que assegurou o reajuste de 28,86%, entre janeiro de 1993 e junho de 1998, nas remunerações ou proventos de servidores públicos federais ativos, aposentados e pensionistas, descontadas as reposições realizadas em razão das Leis n. 8.622/1993 e 8.627/1993. Os requisitos para a garantia do direito, conforme mencionado anteriormente, foram fixados nos autos da ACP.

**Confira abaixo os documentos necessários:**

1. contracheques de janeiro/1993 até junho/1998 tirados diretamente do sisbacenweb ou em pdf editável;
2. documento oficial com foto e CPF;
3. comprovante de residência atualizado; e
4. procuração, termo de autorização para utilização de dados (LGPD) e contrato assinados.

Para acessar a documentação (procuração, termo de autorização e contrato) e saber mais sobre a demanda, acesse nosso site ([sinal.org.br](http://sinal.org.br)) ou entre em contato com o nosso departamento jurídico pelo telefone (61) 33228208 ou pelo e-mail [acao28.86@sinal.org.br](mailto:acao28.86@sinal.org.br).

## PERGUNTAS MAIS FREQUENTES

### 1. Quem pode participar da ação?

Filiados ao SINAL, que sejam servidores ativos, aposentados e pensionistas, e estavam no Banco Central no período de janeiro/1993 a junho/1998, e que não sejam participantes da ação de cód. 106, não tenham ação individual em andamento ou encerrada, e não tenham firmado acordo administrativo com a União para receber os 28,86%.

### 2. As ações serão coletivas ou individuais?

Serão em nome das partes, em grupos de até 10 pessoas.

### 3. É obrigatório aderir a essa nova ação?

Não, é opcional. Cada um decide se quer fazer parte dessa nova ação, desde que atenda aos requisitos, ou se permanece nas ações coletivas já ajuizadas pelo Sindicato.

### 4. Existe risco de sucumbência?

Sim. Como serão ações de cumprimento de sentença, existe o risco de sucumbência sobre o pedido e/ou parte do pedido que for julgado desfavorável. O valor da sucumbência é arbitrado pelo juiz, entre 10% a 20% do valor da causa, ou um valor fixo que o juiz entenda como devido.

### 5. Como entregar a documentação?

A documentação poderá ser enviada digitalizada, completa, para o e-mail [acao28.86@sinal.org.br](mailto:acao28.86@sinal.org.br) impreteavelmente até o dia 1 de julho de 2024.

### LIVE JURÍDICA

O SINAL promoveu evento virtual para esclarecimento de dúvidas sobre o tema, com a presença do advogado Marcos Resende.

Confira o vídeo na área restrita do site do Sindicato.

## SINAL mantém esforços contra a aprovação da PEC 65/2023

*Em visita a gabinetes no Senado Federal, Sindicato apontou riscos e pediu a rejeição da matéria*

O presidente do SINAL, Fábio Faiad, se reuniu com o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), no último dia 24 de maio, para tratar da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2023. Na oportunidade, o dirigente enumerou motivos para a rejeição ou arquivamento da matéria, que dispõe sobre o regime jurídico aplicável ao Banco Central do Brasil e tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa.

O encontro com Pacheco é parte da força-tarefa empreendida pelo Sindicato, que visitou, ao longo do mês de maio, todos os gabinetes, levando o recado dos servidores do BC contra a PEC 65/2023. A rejeição à proposta foi claramente expressa em votação eletrônica promovida pelo SINAL. Na oportunidade, 74% dos mais de 4500 participantes, entre ativos e aposentados, se manifestaram contra o projeto, “independente de alterações”. Apresentada em novembro do ano passado, a PEC não foi submetida pelo presidente da Autoridade Monetária, Roberto Campos Neto, a nenhuma rodada de tratativa prévia com o corpo funcional, nem mesmo com suas representações.

Durante os diálogos com senadores e suas respectivas as-

essorias, os representantes do Sindicato de diferentes praças, que fizeram parte do esforço concentrado na capital federal, evidenciaram as fragilidades do texto e riscos jurídicos envolvidos - que, por certo ensejaram o repúdio da categoria -, caso a matéria seja aprovada. Dentre as inconsistências, destaque para a transformação da Autarquia em empresa pública e suas repercussões negativas sobre as prerrogativas dos servidores.

“A transformação do Banco Central em empresa pública (EP) representa uma perigosa ruptura institucional, uma vez que o desempenho de atividades típicas de Estado está no âmbito de atuação das autarquias, enquanto às EP cabe o exercício de atividades de natureza econômica”, destaca trecho do material entregue nos gabinetes durante a atividade de interlocução parlamentar. Além dos retrocessos administrativos e jurídicos, o SINAL destacou que o avanço do processo de autonomia institucional do BC, como

sugere a experiência internacional, não depende da mudança de regime jurídico.

O trabalho segue, em diálogo permanente com outras lideranças do Senado Federal, especialmente o relator, Plínio Valério (PSDB/AM), e conta com a parceria da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe) e do Sindicato dos Técnicos do Banco Central (SinTBacen). As três entidades, inclusive, endossam nota técnica conjunta endereçada aos membros da CCJ, datada de 29 de maio, que traz uma análise aprofundada sobre a PEC 65/2023.

### Na mídia

O trabalho de convencimento não se limita ao ambiente político. O SINAL promove uma campanha de mídia, junto ao grande público, alertando para os prejuízos decorrentes de uma eventual aprovação da proposta.

Durante as primeiras semanas do mês de junho, foi veiculado nas redes sociais e na GloboNews o mais novo vídeo da campanha, que elenca os efeitos negativos da PEC 65/2023 não apenas para os servidores do BC, mas para o Estado e, consequentemente, a sociedade.

Para conferir notícias, produções técnicas e materiais para compartilhamento, acesse a página [portal.sinal.org.br/pec65](http://portal.sinal.org.br/pec65).



## FIQUE ATENTO!

Chegou ao conhecimento do SINAL mais uma tentativa de golpe envolvendo suposta ação judicial. Na investida, o golpista se passa por representante da Advocacia Riedel e informa um telefone para contato que não pertence ao escritório.

Atenção. Não forneça informações pessoais a desconhecidos, não faça depósitos ou transferências e não clique em links duvidosos recebidos por e-mail, sms ou WhatsApp.

Caso tenha alguma dúvida, entre em contato com a Advocacia Riedel pelo telefone/WhatsApp (61) 3034-8888 ou pelo e-mail [advocacia@riedel.com.br](mailto:advocacia@riedel.com.br). Nosso departamento jurídico está sempre à disposição pelo telefone (61) 33228208 ou pelo e-mail [juridiconac@sinal.org.br](mailto:juridiconac@sinal.org.br).

Fique atento e evite golpes.

## HORA DE SOLIDARIEDADE

Participe da campanha PIX Solidário e contribua com o socorro às vítimas das chuvas no Rio Grande do Sul. A iniciativa é uma parceria do SINAL com a Anafe, a ANBCB, a Asbac, a Diretoria Colegiada do BC e o SinTBacen.

A campanha visa destinar donativos, num primeiro momento, a colaboradores e servidores do Banco Central que moram nas regiões afetadas pelas enchentes. Você pode fazer a sua doação de qualquer valor por meio da chave PIX [doacaoadpal@gmail.com](mailto:doacaoadpal@gmail.com), em nome de Marcos Medeiros Machado, supervisor operacional na Gerência Administrativa da Autarquia em Porto Alegre.

É hora de praticar a solidariedade.

Para mais informações, entre em contato com a seção regional do SINAL na capital gaúcha pelos endereços de email [sinalpoa@sinal.org.br](mailto:sinalpoa@sinal.org.br) e [sinalpoa2@sinal.org.br](mailto:sinalpoa2@sinal.org.br) ou pelo telefone (51) 981619142.

## PASBC

O SINAL mantém atuação permanente pelo aprimoramento do Programa de Assistência à Saúde dos Servidores do Banco Central e acompanha de perto os debates nas diferentes instâncias. A demanda dos beneficiários por melhorias no atendimento esteve em pauta na reunião do Comitê Gestor do PASBC realizada no último dia 29 de maio. Os membros eleitos pelos servidores, com o apoio do Sindicato, Eduardo Rogério, Rodrigo Colares e Vicente Fialkoski, estiveram presentes.

A situação relativa à prestação de serviços pelo Grupo Dasa foi um dos destaques no evento. De acordo com os representantes do BC, as partes tinham encontro marcado na mesma semana para debater a questão. O Comitê Gestor do PASBC já agendou nova reunião, ainda no mês de junho, para que sejam apresentados, por parte do BC, os encaminhamentos acerca do tema.

No encontro de 29 de maio foi decidido que haverá a liberação da necessidade de autorização para exames de imagem que utilizam técnicas de tomografia computadorizada, de ressonância magnética e de ultrassom com doppler. Também foram definidas alterações no Manual de Critérios e Orientações (MCOP) do Programa, para deixar mais claros os critérios a serem seguidos pelos prestadores na execução dos serviços.

A elaboração de uma nova tabela para os serviços de odontologia e a possibilidade de incidência do PASBC sobre o Benefício Especial daqueles que possuem também foram discutidas, dentre outros assuntos.

Por fim, os representantes eleitos pelos servidores reiteraram a cobrança por melhorias na comunicação da gestão do Programa com os beneficiários.

Os informativos e documentos citados nas matérias podem ser acessados na versão digital do Sinal Plural Expresso, disponível em nosso site ([sinal.org.br](http://sinal.org.br)), na aba "Publicações", ou pelo QR Code ao lado.

Construa, junto conosco, este boletim. Envie comentários e sugestões de assuntos que você gostaria de ver aqui para [sinalplural@sinal.org.br](mailto:sinalplural@sinal.org.br).



Posicione a câmera do seu smartphone sobre o código para acessar.